



Organização
Internacional
do Trabalho

► Relatório da OIT

► Perspetivas
Sociais e de
Emprego no Mundo
Tendências
2023

SUMÁRIO EXECUTIVO



Os mercados de trabalho enfrentam enormes desafios

As perspectivas mundiais para os mercados de trabalho deterioraram-se significativamente em 2022. As tensões geopolíticas emergentes, o conflito na Ucrânia, uma recuperação desigual da pandemia e os atuais estrangulamentos nas cadeias de abastecimento criaram as condições para um episódio de estagflação, o primeiro período de inflação elevada e baixo crescimento em simultâneo desde a década de 1970. Os decisores políticos enfrentam um compromisso difícil ao lidarem com uma inflação elevada num ambiente de recuperação parcial do emprego. A maioria dos países ainda não regressou aos níveis de emprego e de horas trabalhadas registados no final de 2019, antes do surto da crise sanitária da COVID-19. Contudo, uma série de crises do lado da oferta, predominantemente nos mercados de produtos alimentares e de matérias-primas, fez aumentar os preços no produtor, provocando picos na inflação dos preços no consumidor e levando os principais bancos centrais a adotar uma política mais restritiva. Na ausência de aumentos correspondentes nos rendimentos do trabalho, a crise do custo de vida ameaça diretamente os meios de subsistência das famílias e corre o risco de diminuir a procura agregada. Muitos países acumularam um montante significativo de dívida, em parte para fazer face às graves consequências da pandemia. Como resultado existe um grande risco de uma crise da dívida mundial, o que coloca em risco a frágil recuperação em muitos mercados fronteiriços.

Com estas circunstâncias difíceis a justiça social fica comprometida por grandes défices de trabalho digno em todo mundo. Centenas de milhões de pessoas não têm acesso a um emprego remunerado. Os trabalhadores por conta de outrem muitas vezes não têm acesso à proteção social e aos direitos fundamentais no trabalho, pois a maioria encontram-se em situação de informalidade ou incapazes de expressar as suas necessidades através do diálogo social. Muitos trabalhadores e trabalhadoras não conseguem escapar à pobreza porque os rendimentos são repartidos de forma extremamente desigual. O mercado de trabalho tem perspectivas muito desiguais não apenas entre países, mas também em cada país. As diferenças entre homens e mulheres está presente em todos os segmentos do mundo do trabalho, e a população jovem enfrenta desafios específicos.

A informalidade e a pobreza no trabalho aumentaram com a crise provocada pela pandemia da COVID 19. A escassez atual de melhores oportunidades de emprego pode agravar-se com o abrandamento previsto, empurrando os trabalhadores e trabalhadoras para empregos de menos qualidade e privando outros

de proteção social. Isto apesar da recuperação que começou em 2021. Quando os preços superaram os rendimentos nominais, os rendimentos reais do trabalho diminuem. Através das ligações da cadeia de abastecimento mundial, os países de rendimento médio e baixo são afetados por uma pressão de procura menor do que nos países de rendimento elevado. Além disso, as perturbações constantes nas cadeias de abastecimento colocam em risco a qualidade do trabalho e as perspectivas de emprego, especialmente nos mercados fronteiriços. Isso reduz ainda mais as suas perspectivas de uma rápida recuperação do mercado de trabalho.

Em resumo, um clima a nível mundial de alta e persistente incerteza, tem feito com a que as empresas, principalmente as pequenas e médias empresas, reduzam os seus investimentos, diminuindo os salários reais e levando os trabalhadores e trabalhadoras a regressar ao emprego informal. Os progressos alcançados na redução da pobreza ao longo dos últimos 10 anos deterioraram-se, e a evolução dos níveis de vida e da qualidade do trabalho foram interrompidos à medida que o crescimento da produtividade abrandou a nível mundial, o que torna mais difícil ultrapassar os défices de trabalho digno.

A justiça social é prejudicada pelas condições adversas do mercado de trabalho

O trabalho digno é fundamental para alcançar a justiça social. Na sua grande maioria as famílias dependem dos rendimentos do trabalho que oferecem oportunidades de trabalho digno com uma remuneração justa, segurança no local de trabalho e proteção social.

Em 2022, o défice global de empregos era de 473 milhões de pessoas, o que corresponde a uma taxa de défice de emprego de 12,3 por cento. O défice global de empregos é uma nova medida das necessidades de empregos no mundo. É composto por 205 milhões de pessoas em situação de desemprego, ou seja, uma taxa de desemprego de 5,8 por cento, e 268 milhões de pessoas que têm uma necessidade de emprego, mas que estão fora da população ativa porque não cumprem os critérios necessários para serem consideradas desempregadas. Este défice de empregos é significativo, particularmente para as mulheres e nos países em desenvolvimento. Ainda que, atualmente a nível global, as taxas de desemprego de homens e de mulheres sejam similares, o défice de empregos para as mulheres é de 15 por cento, por oposição aos 10,5 por cento para os homens. Os países de baixo rendimento e os países de rendimento médio-baixo apresentam taxas elevadas de disparidade no emprego, entre 13 e 20 por cento, enquanto os países de rendimento médio-alto apresentam uma disparidade de cerca de 11 por cento e os países de rendimento elevado registam uma disparidade de apenas 8 por cento. As responsabilidades pessoais e familiares como o trabalho de cuidados não remunerados, o desânimo

perante a falta de oportunidades de emprego digno e a escassez de possibilidades de formação e reconversão profissional podem impedir muitas pessoas de procurar emprego ou limitar a sua disponibilidade para trabalhar a curto prazo. Os países de baixo rendimento e os de rendimento médio-baixo apresentam taxas elevadas de défices de empregos, entre 13 e 20 por cento, enquanto os países de rendimento médio-alto apresentam uma taxa de cerca de 11 por cento e os países de rendimento elevado registam uma disparidade de apenas 8 por cento.

Em 2022, cerca de 2 mil milhões de trabalhadores e trabalhadoras em todo mundo estavam em situação de emprego informal. Entre 2004 e 2019, houve uma queda de 5 por cento na incidência de emprego informal. A recuperação do emprego após a crise da COVID-19 foi impulsionada principalmente pelo emprego informal, o que provocou um ligeiro aumento da incidência da informalidade. A informalidade representa a ausência de muitas das características das relações de emprego formal, fundamentais para promover a justiça social. Por exemplo os empregos informais oferecem muito menos oportunidades de acesso aos sistemas de proteção social do que os seus equivalentes no emprego formal. Em todo mundo, apenas 47 por cento das pessoas estão efetivamente cobertas por pelo menos uma prestação de proteção social, portanto, mais de 4 mil milhões de pessoas ainda não beneficiam de qualquer proteção social.

Em 2022, estima-se que 214 milhões de trabalhadores viviam em situação de pobreza extrema (ganhando menos de 1,90 dólares americanos por dia por pessoa em termos de paridade do poder de compra [PPC]), o que corresponde a cerca de 6,4 por cento dos trabalhadores por conta de outrem. Estima-se que a taxa de pobreza extrema no trabalho em países de rendimento seja similar à de 2019 e o número de trabalhadores pobres seja cada vez maior. A realização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, isto é a erradicação da pobreza em todas as suas formas, será impossível se não houver progressos substanciais no sentido de superar esse atraso. A crise do custo de vida corre o risco de colocar mais pessoas em situação de pobreza absoluta ou relativa - em que a "pobreza relativa" significa ficar abaixo do limiar da pobreza nacional. Isso ocorre porque os rendimentos do trabalho não conseguem acompanhar a inflação. Este risco é particularmente elevado para os que se encontram

na base da distribuição de rendimentos altamente desigual; metade dos trabalhadores de mais baixos salários, a nível mundial, recebem apenas 8 por cento do total do rendimento do trabalho.

Mulheres e jovens apresentam maiores dificuldades no mercado de trabalho. A nível mundial, a taxa de atividade das mulheres no mercado de trabalho situou-se em 2022 nos 47,4 por cento, em comparação com 72,3 por cento dos homens. A diferença de 24,9 pontos percentuais indica que há duas mulheres nessa situação, por cada homem economicamente inativo. Os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos enfrentam grandes dificuldades em conseguir um emprego digno. A sua taxa de desemprego é três vezes superior à da população adulta (com 25 ou mais anos). Mais de um em cada cinco - 23,5 por cento - dos jovens não estão a estudar, a trabalhar ou em formação (os jovens NEET).

As várias crises impedem o crescimento do emprego

As perspetivas no mercado de trabalho estão a ser fortemente afetadas pelo impacto da Covid-19, do custo de vida e das crises geopolíticas. As flutuações da oferta e da procura desencadearam aumentos de preços, o que resultou nas taxas de inflação mais elevadas das últimas décadas. O conflito na Ucrânia e noutras regiões geopolíticas estão a agravar a escassez da oferta e a incerteza. A crise do custo de vida que se seguiu está a corroer o poder de compra do rendimento disponível das famílias e a reduzir a procura agregada. O endurecimento da política monetária está a afetar as condições de financiamento não só nas economias desenvolvidas, mas também através de repercussões nas economias emergentes e em desenvolvimento. Na ausência de uma coordenação adequada das políticas, é de recear que as economias dominantes prossigam uma agenda política que responda principalmente aos seus desafios internos, sem ter em devida conta os potenciais efeitos colaterais. As ofertas de emprego começaram a cair acentuadamente nos países que as comunicaram; no entanto, estão a diminuir para níveis recorde e, em outubro de 2022, permaneceram historicamente elevadas.

Além destes desafios imediatos, as mudanças estruturais a longo prazo nos mercados de

trabalho mundiais estão a tornar-se cada vez mais evidentes. Por exemplo, as alterações climáticas estão a contribuir para uma maior incidência de catástrofes naturais e fenómenos meteorológicos extremos, incluindo cheias, secas, degradação dos solos, erosão dos solos, ondas de calor e precipitação imprevisível. Para se adaptar a essas novas circunstâncias, serão necessárias grandes iniciativas de adaptação, que incluirão investimentos substanciais em infraestrutura nas regiões fortemente afetadas. No entanto, estas medidas de adaptação também oferecem oportunidades de emprego, especialmente em algumas das regiões mais pobres do mundo, incluindo em África. Entretanto, o envelhecimento da população em quase todos os países desenvolvidos e em muitos países emergentes acelerou. Isso resultou numa diminuição da oferta de mão de obra, que dificilmente será compensada pela migração para o exterior de áreas mais dinâmicas demograficamente. Ao mesmo tempo, os avanços tecnológicos, particularmente no que diz respeito aos novos dispositivos e ferramentas digitais, como a inteligência artificial, ainda não correspondem às expectativas anteriores de que podem aumentar a produtividade e reduzir uma grande quantidade do trabalho penoso. No entanto, essas inovações são necessárias para combater a escassez de

mão de obra que pode surgir no futuro devido a alterações demográficas.

A interação entre fatores macroeconómicos, tendências a longo prazo e contextos institucionais é variável e afeta de forma diferenciada o crescimento do emprego nos países de diferentes grupos de rendimento. Em primeiro lugar, as perspetivas são pessimistas para os países de rendimento elevado, embora muitos outros países devam esperar uma normalização do crescimento após as taxas de crescimento mais elevadas de 2021 e 2022. Em segundo lugar a baixa proteção social nos países de baixo e médio rendimento, à

medida que a atividade económica abranda muitos trabalhadores não deixarão de trabalhar mas são forçados a procurar trabalho na economia informal. Em contrapartida, os países com dispositivos de manutenção do emprego estabelecidos e testados - a maioria dos quais com rendimentos elevados - voltarão a utilizá-los, limitando assim as perdas de emprego. Em terceiro lugar, as empresas dos países de rendimento elevado poderão enfrentar escassez de mão de obra numa retoma subsequente, devido ao envelhecimento e à contração da mão de obra, o que as motivará, se puderem, a conservar os seus trabalhadores.

É possível que o emprego diminua drasticamente

Prevê-se que o emprego a nível mundial aumente 1,0 por cento em 2023, o que representa uma desaceleração significativa em relação à taxa de crescimento de 2,3 por cento registada em 2022. Esta projeção para 2023 representa uma importante revisão em baixa de 0,5 pontos percentuais em comparação com a projeção anterior. O crescimento do emprego deve aumentar para 1,1 por cento em 2024, mas não se preveem grandes melhorias. Para os países de rendimento elevado, as perspetivas são pessimistas, pois o crescimento do emprego está próximo do zero. Em contrapartida, nos países de baixo rendimento e de rendimento médio-baixo prevê-se que o crescimento do emprego ultrapasse a sua tendência de crescimento anterior à pandemia.

O abrandamento do crescimento do emprego significa que não se prevê que as lacunas criadas pela crise da COVID-19, a nível mundial, sejam colmatadas nos próximos dois anos. O forte crescimento do emprego em 2022 aumentou o rácio emprego/população mundial para 56,4 por cento, contra 54,5 por cento em 2020, mas ainda quase meio ponto percentual abaixo do nível de 2019. O total de horas semanais trabalhadas em 2022 permaneceu aquém do seu nível no quarto trimestre de 2019 em 1,4 por cento quando ajustados ao crescimento demográfico; este valor corresponde a 41 milhões de empregos a tempo completo de 48 horas por semana. As previsões indicam que, devido ao abrandamento económico, a média geral das horas trabalhadas por trabalhador será ligeiramente menor em 2023, permanecendo acima de 41 horas por semana. O potencial de rendimentos dos trabalhadores

é reduzido como resultado desta diminuição da atividade, e também há menos oportunidades de transição para empregos de melhor qualidade e bem remunerados.

Em 2022, as condições do mercado de trabalho continuaram a melhorar, com o forte crescimento do emprego em 2021 e a reabertura de importantes setores económicos. O rácio emprego/população ultrapassou o seu nível pré-crise na Europa e na Ásia Central em 2022 e recuperou a maior parte das suas perdas nas outras regiões. As mulheres, afetadas desproporcionalmente nas perdas de emprego, viram o seu emprego aumentar significativamente em 2020. Em 2022, o seu rácio emprego/população tinha recuperado para 0,3 pontos percentuais do nível anterior à crise, com uma diferença de 0,6 por cento para os homens. Mas esta recuperação mais forte foi principalmente impulsionada pelo emprego informal. Em 2022, quatro em cada cinco empregos para as mulheres eram informais, contra só dois em cada três para os homens.

As perspetivas do mercado de trabalho para 2023 diferem significativamente de região para região. A África e os Estados Árabes deverão registar um crescimento do emprego na ordem dos 3 ou mais por cento. No entanto, com o aumento da respetiva população em idade ativa, as taxas de desemprego em ambas as regiões provavelmente diminuirão ligeiramente: de 7,4 por cento para 7,3 por cento em África e de 8,5 por cento para 8,2 por cento nos Estados Árabes. Prevê-se que o emprego na América Latina e Caraíbas, na Ásia e no Pacífico, cresça a uma taxa de 1 por

cento ao ano. O desemprego na América do Norte aumentará e a progressão no emprego não se registrará em 2023. O impacto económico do conflito na Ucrânia afeta principalmente a Europa e a Ásia Central; as taxas de desemprego deverão aumentar apenas ligeiramente em 2023 enquanto o crescimento da população em idade ativa se prevê que vá diminuir. De facto, na Europa e na Ásia Central, a população ativa deverá diminuir em 2023. Cada região continuará a enfrentar uma multitude de défices de trabalho digno, que provavelmente se agravará com as condições da economia mundial e os desafios a longo prazo, como as alterações climáticas.

A oferta mundial de mão de obra provavelmente continuará a diminuir, o que levará à sua escassez significativa, especialmente nas economias desenvolvidas. Esta desaceleração explica-se em parte devido ao aumento dos níveis de rendimento, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos países emergentes nos últimos 10 anos, o que permitiu que muitos jovens continuassem a estudar. No entanto, uma grande parte dos jovens continua fora do mercado de trabalho, do ensino ou da formação (a chamada taxa NEET), o que afetará negativamente as suas oportunidades no mercado de trabalho. Para que a economia mundial possa beneficiar do aumento da população jovem em muitos países em desenvolvimento, a redução destas

taxas NEET continua a ser um grande desafio a enfrentar. A redução parcial do défice de postos de trabalho a nível mundial através do emprego remunerado estimularia a atividade económica e reduziria o défice de trabalho digno. As economias desenvolvidas fizeram progressos consideráveis a esse respeito, oferecendo oportunidades aos trabalhadores mais velhos, em particular, para permanecerem ligados ao mercado de trabalho; este é o único grupo de países onde as taxas de participação na força de trabalho aumentaram na última década, em vez de diminuírem.

Prevê-se que o desemprego global aumente ligeiramente em 2023, em cerca de 3 milhões, para atingir 208 milhões. Isto corresponde a uma taxa de desemprego de 5,8 por cento. Apesar das perspetivas económicas negativas a nível mundial, o desemprego deve aumentar apenas moderadamente, uma vez que uma parte significativa do impacto é absorvida pela rápida diminuição dos salários reais num contexto de aceleração da inflação. No entanto, embora o desemprego mundial tenha diminuído significativamente em 2022, passando de 235 milhões em 2020 para 205 milhões, permaneceu 13 milhões acima do nível de 2019. Em 2022, apenas nas Américas, na Europa e na Ásia Central as taxas de desemprego desceram abaixo do nível anterior à crise, nas outras regiões continua acima desse nível.

A qualidade do emprego também está sob pressão

A qualidade dos empregos continua a ser uma preocupação crítica, além da escassez de empregos. Muitas pessoas não podem simplesmente permitir-se ficar sem emprego se não tiverem acesso à proteção social. Frequentemente aceitam qualquer tipo de trabalho, muitas vezes com salários muito baixos e horários inconvenientes ou insuficientes. O abrandamento previsto irá talvez obrigar os trabalhadores a aceitar empregos de pior qualidade do que os que poderiam ter em melhores condições económicas. Além disso, mesmo que os trabalhadores mantenham os seus empregos atuais, os seus rendimentos disponíveis cairão rapidamente se os preços aumentarem mais rapidamente do que os salários nominais.

Embora a natureza e a intensidade desses défices de trabalho digno variem de região para região, eles estão muito generalizados. Nos

Estados Árabes, no Norte de África e no Sul da Ásia, os diferenciais de género nos indicadores do mercado de trabalho, nomeadamente nas taxas de atividade, são significativos. As altas taxas de informalidade na América Latina, nas Caraíbas e na África Subsariana impedem a proteção social e os direitos fundamentais no trabalho. Todas as regiões são afetadas por uma ou outra forma de défice de trabalho digno. A deterioração atual das circunstâncias económicas globais tem o potencial de reverter os progressos alcançados no passado e de agravar estes défices em várias direções.

A inflação tem um forte impacto na distribuição dos rendimentos reais. Devido ao facto de muitos trabalhadores e empresas não conseguirem aumentar o seu rendimento de acordo com a inflação eles sofrem perdas reais de rendimento. No entanto, alguns trabalhadores e empresas -

por exemplo, no setor da energia - obtêm ganhos de rendimento superiores à taxa de inflação, o que aumenta o seu rendimento real. Os agregados familiares mais pobres são especialmente afetados pela queda dos rendimentos reais, pois correm o risco de cair na pobreza e na insegurança alimentar. Na África Subsariana e no Sul da Ásia, respetivamente, 60,8 por cento e 34,7 por cento da população empregada em 2021 era considerada como constituída por trabalhadores pobres, com um nível de rendimento de 3,10 dólares por dia por habitante.

O abrandamento da procura nos países de rendimento elevado está a propagar-se aos países de baixo e médio rendimento através das ligações na cadeia de abastecimento mundial. Estima-se que, em média, 11,3 por cento dos empregos na amostra de 24 países de rendimento

médio com dados disponíveis - excluindo a agricultura e os serviços não comerciais - dependem das ligações à cadeia de abastecimento com os países de rendimento elevado. Nalgumas economias mais pequenas, a proporção excede largamente os 20 por cento. Os setores com maior integração das cadeias de abastecimento nos países de rendimento médio tendem a ter uma maior percentagem de trabalhadores por conta de outrem, uma menor incidência de informalidade e uma menor proporção de trabalhadores com baixo salário. Isso por sua vez, leva a uma melhor qualidade do emprego. A qualidade média do emprego pode então diminuir devido à possibilidade de uma quebra de procura em países de rendimento elevado deslocar o crescimento do emprego em países de rendimento médio para atividades não ligadas às cadeias de abastecimento.

O crescimento da produtividade continua a ser de importância vital

O abrandamento a longo prazo do crescimento da produtividade nas economias desenvolvidas alargou-se às principais economias emergentes. Esta é uma questão extremamente preocupante, pois o aumento da produtividade é essencial para lidar com as múltiplas crises que estão a ocorrer atualmente, incluindo o poder de compra, bem-estar e sustentabilidade ambiental. Investir, desenvolver e difundir as novas tecnologias será necessário para enfrentar as ameaças ao trabalho digno e ao bem-estar, como a pobreza generalizada, a informalidade e a falta de locais de trabalho seguros e protegidos. Por exemplo, é amplamente reconhecido que aumentar a produtividade do trabalho depende do investimento nas competências e capacidades das pessoas. Além disso, os objetivos climáticos no quadro do Acordo de Paris exigem que os avanços tecnológicos sejam acelerados para permitir que as economias cresçam ao usar a energia, de forma muito mais eficaz e reduzindo significativamente as emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, nos últimos vinte anos houve uma desaceleração gradual do crescimento da produtividade. Isso foi mais evidente nas economias desenvolvidas, mas também nas principais economias emergentes.

Não só o crescimento da produtividade abrandou, mas também o fruto desses ganhos estão a ser partilhados de forma menos

equitativa. Na década anterior à pandemia de COVID-19, houve uma tendência de queda nos rendimentos a nível mundial. Os trabalhadores não puderam beneficiar do crescimento económico de forma mais equitativa devido a décadas de salários mínimos (reais) em queda, a fragilização das instituições do mercado de trabalho anteriormente sólidas e a incapacidade de estabelecer um diálogo social mais amplo. A crescente concentração industrial em certos setores está a alimentar ainda mais a desigualdade e a dificultar o dinamismo económico, especialmente entre as pequenas e médias empresas. O agravamento da desigualdade e o abrandamento do crescimento da produtividade reforçam-se mutuamente porque se encontram nos lucros e não incentivam o investimento.

Na economia digital, a inovação tecnológica está a avançar a um ritmo acelerado, mas ainda não há consenso sobre quais são os benefícios destas tecnologias. Pelo facto de os ativos intangíveis desempenharem um papel significativo no modelo empresarial, a concentração industrial é particularmente frequente na economia mundial, provocando disparidades no crescimento da produtividade entre as empresas de ponta e as restantes. As inovações digitais ainda não produziram benefícios a nível da produtividade de toda a economia, o que impulsionaria o emprego e o crescimento. Pelo contrário, os ganhos de produtividade concentrados distorceram a repartição

das oportunidades de emprego altamente qualificado para alguns setores de base tecnológica, agravando tanto a desigualdade como o abrandamento da produtividade (agregada/mundial). Ainda faltam avanços tecnológicos que beneficiem a sociedade em geral, por exemplo, na gestão da mobilidade ou na gestão da rede para a transição para a energia renovável. Outras oportunidades poderiam surgir para facilitar a transição para o trabalho remoto e híbrido, bem como para responder à necessidade de soluções inovadoras que promovam a colaboração num mercado de trabalho cada vez mais diversificado. Inovações regulamentares e políticas são necessárias para impulsionar o avanço tecnológico em áreas com elevados retornos sociais. Isso pode ser feito através de uma combinação de abordagens para definir normas e contratos públicos com a colaboração entre parceiros sociais para aumentar a produtividade.

O crescimento da produtividade foi prejudicado pelo enfraquecimento do investimento, em parte devido aos elevados níveis de incerteza económica. A incerteza económica generalizou-se desde a crise financeira mundial, o que dificulta os investimentos, apesar do baixo nível das taxas de juro. O declínio nos investimentos tem sido frequentemente acompanhado por uma mudança na direção de investimento em empresas para investimentos em imóveis, que é menos propício a rápidos aumentos de produtividade. Em parte, a razão é a volatilidade das condições económicas

gerais resultantes de crises recentes, que tornaram as empresas relutantes em expandir a capacidade ou iniciar novos empreendimentos. É provável que a transição para um ambiente macroeconómico mais estável ajude a aliviar uma parte do défice de investimento que a pandemia aumentou. Uma ação mais firme contra as desigualdades ajudaria também a estimular a atividade de investimento, levando a aumentos mais generalizados do rendimento disponível.

O aumento do emprego informal e a deterioração das perspetivas do mercado de trabalho comprometeram ainda mais os incentivos ao investimento produtivo. Dado o aumento significativo da incerteza quanto à evolução futura da economia mundial, o crescimento do emprego é mais rápido entre os trabalhadores informais. A longo prazo, as taxas de investimento, pelo menos nas economias mais desenvolvidas, continuarão a descer, independentemente da orientação das taxas de juro a curto prazo. Além disso, o aumento deste tipo de trabalho está associado a um menor crescimento dos salários e a menos incentivos para que os empregadores invistam na qualificação da mão de obra e na melhoria das competências. Com as instituições do mercado de trabalho debilitadas, muitos países não dispõem de mecanismos para limitar ou evitar uma maior degradação dos salários reais e, por conseguinte, para apoiar a procura agregada e um crescimento económico equilibrado e inclusivo.

Por conseguinte, os riscos de abrandamento são significativos em 2023

As perspetivas para o mercado de trabalho caracterizam-se por diversos riscos de abrandamento. A atual “policrise” poderá fazer passar o crescimento económico mundial em 2023 para menos de 2 por cento, com graves implicações para a criação de emprego. Mesmo sem uma nova desaceleração do crescimento, as perspetivas do mercado de trabalho poderão degradar-se se, por exemplo, as empresas não conseguirem manter os trabalhadores devido a restrições de financiamento ou se os governos se encontrarem numa crise de dívida e não conseguirem apoiar os mercados de trabalho. Nos países de rendimento baixo e médio, a desigualdade e a queda dos

rendimentos reais face ao aumento dos preços poderão suprimir a procura de produtos e serviços produzidos internamente, reduzindo assim ainda mais o crescimento do emprego, especialmente no setor formal.

Apesar do abrandamento mundial do crescimento do emprego, a escassez de mão de obra qualificada continua a ser um risco em certos países e setores. É necessário um aumento significativo do investimento na educação e na formação para libertar todo o potencial da mão de obra mundial. Atualmente, dois terços do emprego jovem mundial continua sem um conjunto de competências de base, uma situação que limita as suas oportunidades no mercado de trabalho e os obriga a aceitar empregos de menos qualidade. De facto, a

expansão da participação no mercado de trabalho nas economias desenvolvidas foi muitas vezes acompanhada de um declínio gradual da qualidade média da educação na última década, contribuindo assim para a desaceleração do crescimento da produtividade. Na atual conjuntura de desafios à produtividade e ao emprego, é necessária uma iniciativa alargada para estimular o mercado de trabalho, centrada tanto no emprego como nas competências, para que o mercado de trabalho esteja acessível a todos.

O espaço político mundial está fragmentado

A pandemia do coronavírus criou desafios importantes em termos de recursos para as principais instituições responsáveis pela elaboração de políticas. Os bancos centrais de todo o mundo deparam-se com difíceis soluções de compromisso entre continuar a apoiar a recuperação da pandemia e fazer face à inflação elevada. Embora muitos países ainda não tenham recuperado os níveis pré-pandemia em termos de horas trabalhadas, os impactos nos preços da energia e dos produtos alimentares trouxeram a necessidade de normalizar as políticas e reduzir as medidas de emergência introduzidas durante a pandemia. Os governos que acumularam um montante significativo de dívida para apoiar as empresas e as famílias locais veem-se agora pressionados a eliminar gradualmente algumas das suas medidas de apoio, se é que ainda não o fizeram.

Tal como a recuperação da pandemia se manteve desigual entre os países, o mesmo aconteceu com a exposição a tensões geopolíticas e a aumentos de preços decorrentes de perturbações no abastecimento. Os países europeus estão confrontados com aumentos significativos e repentinos nos custos da energia que contribuem para uma dinâmica de estagflação. Entre os países africanos, os aumentos dos preços dos produtos alimentares observados em anos anteriores agravaram-se; muitos países subsarianos não são autossuficientes na produção alimentar e as suas importações de produtos alimentares não são muito diversificadas. Em todo o mundo, garantir o acesso a bens e serviços básicos a preços razoáveis tornou-se uma preocupação nacional, por vezes sem considerar as repercussões internacionais de tal ação.

Na resposta às múltiplas crises económicas e geopolíticas, a solidariedade internacional é mais crítica do que nunca. O forte empenho em iniciativas como o **Acelerador Global de Emprego e Proteção Social**

para Transições Justas das Nações Unidas, bem como o estreito envolvimento dos parceiros sociais em todas as áreas de elaboração de políticas a nível nacional e internacional, são medidas fundamentais que reforçarão a coerência política e as parcerias para enfrentar os desafios atuais e responder às tendências de longo prazo no futuro do trabalho.

Num contexto de grandes défices de trabalho digno e de justiça social, é necessário um novo contrato social global para reforçar a resiliência das economias e das sociedades face às múltiplas crises atuais. A Declaração do Centenário da OIT de 2019 e o Apelo mundial à ação de 2021 para uma recuperação da crise da COVID-19 centrada nas pessoas, que seja inclusiva, sustentável e resiliente, enquadram os elementos centrais de uma tal estratégia a nível nacional e internacional. Para o efeito, em 2023, a OIT promoverá uma **Coligação Global para a Justiça Social** destinada a reforçar a solidariedade mundial e a melhorar a coerência das políticas, a fim de promover ações e investimentos no trabalho digno e na justiça social.

A aceleração dos progressos na redução do défice de emprego a nível mundial, o reforço da qualidade dos empregos e a proteção dos rendimentos reais exigirão uma coordenação das políticas e um diálogo social renovados. **Um contrato social mundial reforçado terá também de integrar objetivos a mais longo prazo**, enfrentando as ameaças das alterações climáticas e resolvendo simultaneamente os défices de desenvolvimento e do nível de vida, em parte através de um crescimento mais rápido da produtividade. Os governos e os parceiros sociais devem aproveitar o momento para aprofundar a sua colaboração para este fim.

Promover a justiça social e o trabalho digno

A Organização Internacional do Trabalho é a agência das Nações Unidas para o mundo do trabalho. Reunimos governos, empregadores e trabalhadores para promover uma abordagem centrada no ser humano para o futuro do trabalho através da criação de emprego, dos direitos no trabalho, da proteção social e do diálogo social.

ilo.org

**Organização Internacional
do Trabalho**
Route des Morillons 4 1211
Genebra 22
Suíça

Tradução financiada por:



REPÚBLICA PORTUGUESA
TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL

gep.
Gabinete de Estratégia
e Planeamento
MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL